

Transparência, seriedade e comprometimento com os servidores do Sistema Penitenciário

INFORMATIVO

www.sinsap.com.br



ANO I - EDIÇÃO 02 - SETEMBRO DE 2017 - CAMPO GRANDE/MS

Intensas mobilizações e protestos marcam luta da categoria



Com um cenário de crise econômica e política, a luta da categoria está sendo marcada por constantes mobilizações e protestos. Devido o Sindicato entender a importância de exercer a democracia e o direito de demonstrar a insatisfação e revolta, com a situação atual do país.

Com projetos importantes em votação na Capital Federal, o Sinsap esteve em Brasília para lutar e defender os direitos dos servidores penitenciários. Entre, os projetos mais polêmicos discutidos estão, as reformas trabalhista e previdenciária. Porém, a reforma trabalhista infelizmente, por meio de uma manobra política foi aprovada e aguarda ser sancionada pelo presidente Michel Temer.

Em meio as mobilizações está a invasão dos Agentes Penitenciários ao Ministério da Justiça e a Marcha dos Cem mil que obteve intensa cobertura pela imprensa. "As mobilizações são de extrema relevância, pois é o mecanismo elementar para pressionar as autoridades e dar celeridade as demandas. Esse é um dos principais papéis do sindicato, fiscalizar e cobrar os direitos de classe", enfatiza o presidente do Sindicato André Luiz Santiago.

CONQUISTAS

Agentes conquistam direito do porte de arma de uso restrito

Após muita luta da categoria os Agentes Penitenciários conquistaram o direito do porte de arma de fogo para defesa pessoal de uso restrito, isso significa que poderão portar arma fora do horário de trabalho e durante escolta. A autorização foi concedida por meio de portaria da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), publicada na edição do dia 13 de julho do Diário Oficial do estado. Página 6

CONQUISTAS

PEC 14 é aprovada por unanimidade na primeira votação

O Senado aprovou, em primeiro turno, por unanimidade, a criação das polícias penais federal, estaduais e distrital. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2016 ainda terá que passar por três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Depois, se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados. Página 5

PRESIDÊNCIA



Estar a frente da Entidade Sindical que representa os servidores penitenciários em Mato Grosso do Sul, neste momento onde predomina grande ebulição, efervescência e incertezas em relação ao panorama político nacional, é sem sombra de dúvidas um grande desafio. Neste ambiente instável e adverso a missão das entidades sindicais revela-se a cada dia mais desafiadora. No cenário atual que vivemos, a possibilidade de retirada de direitos é muito mais concreta, real e iminente do que a chance de auferir novos direitos e garantias constitucionais aos trabalhadores.

Por esta razão, as entidades sindicais se mobilizam buscando a manutenção dos direitos já consagrados em nossa constituição. Paralelamente a isso, traçam estratégias e empreendem esforços para não deixar o trabalhador desamparado e orfão de direitos neste novo ambiente laboral, onde as novas regras estabelecidas indicam mudanças profundas nas relações de trabalho.

Ratificam essa dificuldade, as reformas patrocinadas pelo executivo federal, encaminhadas ao con-

Desafios da diretoria em tempos de crise

gresso nacional, cuja aprovação tem como principal propósito e objetivo dificultar ou limitar o acesso a direitos e preceitos constitucionais.

Com esta agenda liberal, totalmente contrária aos interesses dos trabalhadores, onde apenas as vozes do mercado, do capital especulativo e dos grandes empresários são ouvidas, a luta dos trabalhadores assume uma nova dimensão. E nesta luta temos que repensar de toda a atividade sindical.

Não existe mágica, milagre ou solução de cúpula sindical que resolva isoladamente esse grande problema. Mais do que nunca, precisamos contar com o empenho, participação e engajamento de toda a categoria.

Precisamos repensar o formato das nossas mobilizações. Isso não significa dizer que todas as estratégias até então amplamente utilizadas pelas Entidades Sindicais devem ser desprezadas. Ao contrário do que imaginamos, algumas delas precisam ser intensificadas. Exemplo claro disso, é o trabalho de mobilização e formação da consciência coletiva. É

essa força da base, emanada pelos servidores que tem o condão de mudar a realidade e determinar o êxito ou fracasso de toda e qualquer categoria.

Quando atingirmos esse patamar, vamos eliminar as divisões internas que só nos enfraquece. Não teremos mais injusta perseguição a servidores que corajosamente buscam melhoria salarial e condições adequadas de trabalho e segurança para todos os integrantes da nossa categoria.

Com a consciência coletiva, nos tornamos unidos e o Sindicato forte e a categoria vitoriosa. Ou nos unimos agora, ou seremos eternamente massacrados pelos Governantes. Nesta batalha o mais importante é a sua participação. Junte-se a nós e venha somar forças em prol da nossa coletividade. Diretoria SINSAP.

André Luiz Santiago

Presidente Sinsap

EXPEDIENTE

Presidente: André Luiz Garcia Santiago

Vice-Presidente: Lourival Pereira da Mota

Secretário Geral: Márcia Cristina Gedro Teixeira

Segundo Secretário: Luiz Roberto Porcínio

Diretor Financeiro: João Dimarães Pereira

Vice-Diretor Financeiro: Luiz Nilo Ojeda

Diretor de Comunicação e Intersindical: Fabiano Almeida Coelho

Delegada Sindical Regional de Dourados: Marlene Ferraz dos Santos

Vice-Delegada Sindical Regional de Dourados: Rosimeire Ribeiro da Silva

Delegado Sindical Regional de Três Lagoas: Marcos Antônio de Carvalho

Vice-Delegado Sindical Regional de Três Lagoas: Jehú Vieira Serrado Junior

Vice-Delegado Sindical Regional de Corumbá: Alan Balbuena

Jornalista Responsável: Karen Andrielly (MPB 1601/MS)

Diagramação e Arte Final: Renato Tonelli - (67) 99219-2084

CNPJ - 01.521.880/0001-04

Rua Vicentina Coelho Neto, 530 - Quadra 24, Lote 25 - Vivendas do Parque
(saída para Três Lagoas) - CEP 79.044-172 - Campo Grande (MS)

REIVINDICAÇÕES

Servidores não aceitam reajuste salarial oferecido pelo governo e protestam em frente a Governadoria



Durante Assembléia que ocorreu nesta terça-feira (12), na sede do Sinsap, cerca de 300 Agentes Penitenciários recusaram em um único coro a proposta de reajuste salarial de 2,94 feita pelo governo. Na ocasião os servidores também discutiram futuras mobilizações e uma paralisação devido a falta de cumprimento dos acordos realizado pelo governo, entre eles o reposicionamento de classe com critério de tempo de serviço, e de-

vido a falta de condições de trabalho, e as constantes ameaças. “Precisamos lutar juntos, e agora é hora de darmos uma resposta ao governo pelo descaso com o servidor, queremos reconhecimento salarial, o cumprimento do acordo, melhores condições de trabalho e respaldo a vida do servidor que tem sofrido constantes ameaças e o governo não tem tomado os procedimentos necessários para salva guardar o agente, en-

quanto isso vivemos a espera de milagres”, ressaltou o presidente do Sinsap, André Luiz Santiago.

A sessão definiu ainda um manifesto em frente a governadoria, como forma de demonstrar a indignação dos Agentes com o descaso do governo. A mobilização que aconteceu de forma pacífica, contou com faixas e gritos com palavras de ordem direcionadas ao Executivo. Os servidores de costas para

governadoria fizeram um minuto de silêncio em homenagem aos servidores que perderam a vida ou sofreram atentado devido o exercício da profissão e, em seguida fizeram a oração do pai nosso. “Estamos aqui para mostrar ao governo que não aceitamos o descaso que a categoria está sendo tratada, o pai até pode ter preferência pelos filhos, mas deve tratá-los de forma igualitária”, conclui Santiago.

Agentes Penitenciários de MS participam da Marcha dos Cem Mil

Os Agentes Penitenciários de Mato Grosso do Sul participaram da Marcha dos cem mil em Brasília. A caravana do Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária- Sinsap contou com cerca de 30 servidores de todo o Estado. “O Sindicato sabe da importância de garantir o direito da categoria manifestar sua ideologia de forma apartidária, pois somente desta forma teremos uma sociedade mais justa e idônea”, destaca o presidente do Sinsap, André Luiz Santiago.

A mobilização Nacional contra a retirada de direitos e em protesto a administração do governo Temer, que tem sido alvo de diversas denúncias envolvendo corrupção, reuniu cerca de 200 mil manifestantes de diversas áreas da sociedade entre elas, segurança pública, saúde e educação. Ao



todo mais de dois mil servidores penitenciários de todo o país participaram do manifesto.

O ato que foi uma mobilização ordeira e pacífica com o intuito de demonstrar a indignação da sociedade com o cenário político atual que é envolvido em constantes escândalos de corrupção, além de ten-

tar retirar os direitos dos trabalhadores, com as Reformas da previdência e trabalhista.

Enquanto sindicato temos o dever de lutar contra a corrupção do nosso país, que está se tornando algo de cunho primordial. Os pilares da democracia estão se deteriorando mediante os últimos fatos. A sociedade precisa se

conscientizar, compreender o cenário político e agir em prol do futuro dos nossos direitos e de nossas famílias”, enfatizou André.

Representando a segurança Pública os agentes penitenciários, devido o histórico de luta, lideraram a Marcha, com gritos a favor da aprovação da criação da polícia penal.

DESCASO

Servidores são ameaçados e Agepen não toma medidas cabíveis

Os servidores penitenciários têm vivido um clima tenso, dentro e fora dos presídios, isso porque os agentes continuam sendo alvos de constantes ameaças de criminosos. Após a divulgação da lista que constava o nome de cinco agentes, agora, servidores de Três Lagoas tem ficado na mira da facção. O Sindicato tem acompanhado de perto esta situação e tem cobrado intensamente uma postura da Agepen e da Secretária de Justiça e Segurança Pública de MS- Sejus, para que haja um amparo a esses profissionais que colocam a vida em risco devido a profissão.

“Desde de quando houve a lista citando os nomes dos servidores, nós cobramos um respaldo oficial da Agepen e da Sejus, e agora que voltamos a ter agentes ameaçados, percebemos que a Instituição ainda não adotou nenhum procedimento para notificar oficialmente esses trabalhadores”, destaca o presidente do Sinsap, André Luiz Santiago.

André ainda complementa falando sobre o descaso da Agência com a vida dos servidores. “Não é a primeira vez e nem será a última que nos tornamos alvos de criminosos, por simplesmente exercermos a nossa função de proteger o Estado e garantir a segurança nos presídios. E a Agepen, não tem tomado as medidas necessárias cabíveis para garantir a segurança desses trabalhadores. O que demonstra o total descaso com a vida e segurança do servidor. O agente tem direito de saber oficialmente que ele está sendo ameaçado e o Estado tem a obrigação de ampará-los isso é o mínimo, basta analisarmos como as outras entidades relacionadas a segurança pública agem na mesma situação, perceberemos o tamanho desdém com a categoria”, enfatiza o presidente.

Vale ressaltar que não existe no Estado um protocolo de segurança e procedimentos para situações de risco à segurança pessoal de servidores do Sistema Penitenciário.

REIVINDICAÇÕES

Presidente cobra valorização dos servidores penitenciários

O presidente do Sinsap, André Luiz Santiago, ocupou a tribuna durante sessão na Assembleia Legislativa, em um manifesto dos servidores públicos por reajuste salarial.

Na ocasião Santiago apresentou dados em que demonstram que o governo tem condições de dar reajuste adequado. “O governo de Mato Grosso do Sul, insiste em usar como argumento o fato de que não tem condições de oferecer aumento aos servidores. Entretanto, levantamentos mostram que o Estado obteve diversas ajudas financeiras, entre elas podemos citar a repatriação de recursos, renegociação das dívidas do Estado, sendo que teve um bônus que a dívida só será cobrada a partir do sexto semestre, e o depósito judicial de 1,4 bilhão. Além, de utilizar recursos da

previdência irregularmente pelo qual está sendo denunciado. E ainda os aumentos nos impostos, ICMS, IPVA, entre outros”, destacou.

Ele ainda falou sobre a postura contraditória do executivo, que afirma estar em crise entretanto, tem gastos exorbitantes com contratos públicos de mais de 400 milhões e possui uma folha de mais de 2 mil funcionários comissionados, com salários até R\$ 28 mil. “Para demonstrar a incoerência do governo, existem 1.199 mil contratos para isenção fiscal sendo discutidos judicialmente. Deixando de arrecadar em um período que alega precisar de recursos. Isenções que chegam a atingir até 93%, justificadas para gerar emprego e não estamos vendo tais empresas garantirem o seu acordo de manter frentes de trabalho. E se mencionarmos a folha dos

comissionados, com 2.173 funcionários, que recebem até três vezes mais para executar os mesmos serviços de servidores concursados. Como um governo que vive em crise pode ter esses gastos?”, ressaltou Santiago.

Ele enfatizou o histórico de desvalorização do governo para com o agente penitenciário. “Precisamos ressaltar que estamos há dois anos sem aumento, onde nem o abono sofreu reajuste, onde temos uma inflação acumulada de 2015 a 2017 de 23,44%, onde o governo tem um discurso falacioso de ganho salarial de aproximadamente 41%. Indago os deputados aqui presentes quando esta Casa de Leis aprovou esse tipo de aumento aos servidores? Promoção de servidores que na maioria das vezes estava em atraso por mais de 11 anos em média não é aumento salarial!”, concluiu.

Sindicato cobra que os 90 concursados assumam as unidades e que os remanescentes sejam convocados



O Sinsap tem cobrado ostensivamente que o governo chame os 91 formandos do concurso da Agepen e convoque os demais aprovados para uma nova escola de formação. O presidente do Sindicato, André Luiz Santiago afirma que a convocação dos demais servidores é essencial, para atender a demanda atual.

“Quando fizemos o acordo com o governo apresentamos a nossa realidade por meio de diversos estudos, mostrando que o número de servidores do Sistema não atendia nossas necessidades. Segundo o Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias (CNPCCP) o ideal é que cada agente seja responsável por cinco detentos, o que na nossa realidade a estimativa é que cada servidor da área de segurança e custódia é responsável por cerca de 200 internos em todo o Estado. Com a chegada dos novos agentes este número passaria aproximadamente para 170 por um”, explica o presidente do Sinsap.

Segundo o Sindicato, o ideal é que os outros 800 candidatos aprovados sejam convocados, totalizando assim 1,2 mil novos servidores para atender a massa carcerária de 15,6 mil presos.

Sinsap declara, não ter condições de assumir delegacias

O presidente do Sinsap, André Luiz Santiago, destacou que é numericamente impossível assumir delegacias, as novas unidades prisionais e as ampliações de presídios. Sendo elas em Coxim, Corumbá, Rio Brillhante, Ponta Porã, Jardim, Dois Irmãos do Buriti, Bataguassu e Paranaíba. A construção de uma unidade penal no complexo da Gameleira deverá ser entregue ainda nesse ano. Santiago explica que mesmo com a vinda dos 419 concursados a tendência é de diminuir o número de servidores por plantão para que possa dar conta de toda esta demanda, sendo que o número de plantonistas por unidade ficaria ainda menor do que já está.

“Se hoje o Presídio de Segurança Máxima faz a segurança e custódia dos presos com 11 por plantão, por exemplo, com essas medidas do governo, este número deverá ser ainda menor, o que nos leva para um colapso no Sistema prisional”, enfatiza o presidente.

A entidade ressalta que considera legítimo o pleito dos Policiais Civis, já que não possuem o dever



legal de realizarem a custódia de presos. Mas, essa medida não pode ser resolvida desta forma, ouvindo apenas um dos lados envolvidos no problema e que até agora; mesmo enviando documentos solicitando a participação da categoria na elaboração do Plano Estratégico, o Sindicato não foi chamado.

“O governo está sendo contra-

ditório, em seus discursos diz que está contratando novos servidores, para atender a reivindicação do Sindicato, devido o cenário de crise no Sistema com a falta de servidores e a superlotação. Apesar disso as recentes medidas tomadas pelo governo apontam direção contrária. Já que pretende assumir delegacias, o que é logisticamente inexecu-

tável”, afirma o presidente.

O Sinsap ressalta ainda que existe apenas uma forma de resolver este impasse. “Deverá ser adotado um plano a longo prazo que de fato dê condições reais para que isso venha ocorrer, com a criação de um novo concurso, somente para suprir esta demanda das delegacias”, conclui André Luiz Santiago.

CONQUISTAS

Sindicato investe em assessoria Jurídica para atender filiados

Pensando em garantir um maior respaldo jurídico aos filiados, a diretoria do Sinsap investiu em uma assessoria de qualidade e conceituada no ramo. O escritório de advocacia e Consultoria Jurídica Saad & Duarte é um dos mais renomados escritórios do meio. O escritório tem como os advogados responsáveis Leonardo Saad Costa e Rafael Medeiros Duarte.

Leonardo Saad Costa é formado pela Universidade de Uberaba/ MG; Especialista em Direito do Estado pela Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul; atualização jurídica em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Já Rafael Medeiros Duarte é formado pela UFMS- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Especialista em Direito Civil pela Universidade de Coimbra — Portugal; Pós-Graduando em Fi-



nanças pela PUC/RS- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O corpo jurídico ainda é composto por Lucas Medeiros Duarte, formado pela Universidade Federal

de Mato Grosso do Sul e pós-graduando em Direito Administrativo pela PUC/ SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em Direito Tributário pela Estácio/ CERS; e Cristina Fernandes Soares

Leite, formada pela PUC/RJ- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. As matérias relativas à área penal são realizadas em ação conjunta com o escritório do advogado Luiz Gustavo Martins Araújo Lazzari, formado pelo Centro Universitário de Campo Grande Unaes, ex-professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A equipe de advogados realiza atendimentos em diversas demandas da categoria, e acompanhamento de situações jurídicas dos filiados. Em média, são feitos cerca de 50 atendimentos por mês entre consultas, processos judiciais e sindicâncias. O filiado que necessitar acompanhamento jurídico deve entrar em contato com o Sindicato, onde será feita uma triagem do caso e encaminhado para atendimento. Para mais informações os interessados podem entrar em contato pelo telefone 3325-2401.

PEC que cria polícia Penal é aprovada em primeiro turno

Como reflexo das intensas mobilizações na Capital Federal, a categoria comemora mais um avanço importante para a classe. O Senado aprovou nesta quarta-feira (13), em primeiro turno, por unanimidade, a criação das polícias penais federal, estaduais e distrital. Com isso, os agentes penitenciários passam a ter os direitos inerentes à carreira policial. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2016 ainda terá que passar por três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Depois, se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados. “Para o presidente do Sinsap, André Luiz Santiago, a agilidade do processo só se fez possível devido as contantes mobi-



lizações dos Sindicatos com os senadores e o apoio da Frente Parlamentar de Defesa do Agente Penitenciário. “Esse é o resultado de um trabalho árduo de conscientização, somado com mobilizações, embora alguns não compreendem a importância dessas mobilizações é somente desta forma que conseguimos alcançar os anseios da categoria”, enfatiza Santiago. “O autor do projeto o senador Cássio Cunha Lima,

ressalta que a PEC acrescenta essas polícias ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública, e determina como competência dessas novas instâncias a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos. A intenção, diz o autor, além de igualar os direitos de agentes penitenciários e policiais, é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos. “O texto foi aprovado com

alterações feitas pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Hélio José. Entre as mudanças está a troca da expressão “polícia penitenciária” para “polícia penal”. Na avaliação do senador, a expressão anterior limitaria seu âmbito a uma das espécies de unidade prisional, as penitenciárias, e seria incompatível com a fiscalização do cumprimento da pena nos casos de liberdade condicional ou penas alternativas. “Para o senador Reguffe, a PEC valoriza os agentes penitenciários, que, apesar de ocuparem uma função tão importante, muitas vezes não têm sua atividade valorizada. A aprovação, afirmou, “beneficia não só os agentes, mas toda a sociedade”.

Cantinas foco permanente de problemas



Não é de hoje, que as cantinas das Unidades Penais estão em evidência negativa. Essa lamentável realidade serve de subsídio para o Ministério Público desencadear inúmeras ações, que além de colocar em xeque o Sistema Penitenciário Estadual, acabam atingindo a honra e a reputação dos servidores penitenciários.

Por considerar que a gestão dessas cantinas não é uma atribuição específica dos servidores penitenciários, desde o início o Sindicato defendeu que o ideal seria o fechamento delas.

Segundo o Sinsap a opção pelo fechamento é mais factível, já que impera no Sistema Penitenciário, absoluta falta de servidores. “Existem dificuldades para operacionalizar com segurança as principais atividades do Sistema, que é a custódia de presos; imagine para realizar a vigilância permanente dos presos que trabalham nas cantinas e circulam livremente nas dependências das Unidades Penais”, explica o presidente do Sinsap André Luiz Santiago.

Para a entidade Sindical esta é a maior problemática, monitorar e acompanhar passo a passo as atividades desenvolvidas nas cantinas, o que permite que ocorram eventuais ilícitos. Vale destacar que por mais que a esse comércio contribua para atender demandas estruturais dos Estabelecimentos Penais, o Sindicalista acredita que deveria existir uma dotação orçamentária específica, que seria disponibilizada para cada Unidade Penal, de acordo com o seu tamanho e porte.

Esse mesmo entendimento, é ratificado pelo assessor Jurídico do Sindicato. Para Gustavo Lazzari, como se trata de um órgão do Estado, a responsabilidade de garantir a manutenção e operacionalidade das unidades é do governo. “É dever do Estado manter os Estabelecimentos Penais, garantindo todo e qualquer necessidade básica dentro do sistema”, afirma o jurista.

“Enquanto persistir a ideia fixa de manter a operacionalidade das cantinas em nossas Unidades Penais, vamos continuar a assistir cenas lamentáveis, que acreditamos poderiam ser evitadas, se houvesse de fato, interesse efetivo do estado em resolver definitivamente essa questão”, conclui o presidente.

CONQUISTAS

Servidor de carreira assume direção da Agepen e Sindicato cobra melhorias para categoria

A autonomia da Agepen é uma das principais demandas da categoria. E devido as reivindicações apresentadas pelo sindicato, pela primeira vez o governo nomeou um servidor para assumir a direção da Agepen. O agente penitenciário de carreira Aud de Oliveira Chaves passou a responder pela pasta em fevereiro deste ano.

“Além de ser um marco para nossa categoria é uma das bandeiras desta gestão sindical. Pois acreditamos que somente quem conhece a realidade do Sis-



tema e os anseios da classe é capaz de se empenhar para solucionar os problemas”, destacou o presidente do Sinsap, André Luiz Santiago. O Sindicato destaca ainda que embora seja uma conquista para classe, a categoria ainda anseia que essa mudança traga benefícios reais para os servidores. “O Sindicato cobrará progressos e melhorias efetivas, com celeridade, devido o caos que o Sistema vive, e que afeta diretamente o agente penitenciário. Já que um dos principais motivos de soli-

citar um servidor a frente da Agente é para que ele tenha um olhar humano para com a realidade da categoria e por isso a responsabilidade do atual diretor é maior já que gera grande expectativa na categoria devido conhecer a situação precária que o agente é submetido”, enfatiza.

O Sinsap ainda espera que seja implementada uma legislação específica para assegurar que a titularidade do cargo de presidente da Agepen seja de servidor de carreira.

Após muitas reivindicações Agentes conquistam o direito do porte de arma de uso restrito

Após muita luta da categoria os Agentes Penitenciários conquistaram o direito do porte de arma de fogo para defesa pessoal de uso restrito, isso significa que poderão portar arma fora do horário de trabalho e durante escolta. A autorização foi concedida por meio portaria da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), publicada na edição do dia 13 de julho do Diário Oficial do estado. O documento é um anseio antigo da categoria e regulariza ao agente o direito enquanto profissionais da área, conforme legislação federal. “É uma grande conquista

dos servidores, que hoje atinge em sua plenitude um direito já previsto em lei desde 2015, o que será de extrema relevância para garantir, diante deste cenário em que a criminalidade tem demonstrado seu poder de fogo e feito constantes ameaças aos servidores da segurança pública, salva guardar sua vida e de sua família em caso de extrema necessidade”, destaca o presidente do Sinsap, André Luiz Santiago.

A portaria estabelece regras para que o agente possa comprar a arma, registrá-la e obter o porte. Para fazer a aquisição o interessado deverá fazer um requerimento à Agepen e

apresentar uma série de documentos, que vão desde o comprovante de aptidão psicológica até certidões negativas criminais, além de fazer o recolhimento das taxas de autorização de compra de produtos controlados e de registro da arma de fogo. O pedido passará então pelo crivo da Unidade de Recursos Humanos e da Corregedoria, que poderão vetá-lo ou aprová-lo, até chegar ao diretor-presidente do órgão, que emitirá o parecer final sobre o requerimento. Se aprovado, será remetido a 9ª região Militar do Exército, que também fará uma análise e poderá autorizar ou não a compra. Se autorizada, o agente poderá,

conforme estipulado pela Agepen, fazer a aquisição de uma arma de fogo de uso restrito, escolhendo entre três modelos: ponto 357 Magnum, ponto 40 S&W e ponto 45 ACP. A arma não será brasonada e nem terá o nome do órgão de vinculação do requerente. O porte da arma constará na própria carteira de identidade funcional do servidor. Para adquirir a munição, na quantidade máxima de 50 cápsulas por ano, o agente também deverá encaminhar um outro requerimento a Agepen, com cópia do registro da arma e recolhimento da taxa de autorização de compra de produtos controlados. A portaria estabelece que o agente penitenciário estadual que tiver sua arma de fogo perdida, roubada ou furtada somente poderá adquirir uma nova depois de ter sido comprovado, por meio de apuração, que não houve imperícia, imprudência, negligência ou qualquer indício de envolvimento com crime.

Entretanto, quando ocorrer uma recomendação médica ou ainda quando o agente cometer um crime doloso, sofrer condenação judicial, for exonerado ou demitido, o porte de arma de uso restrito será recolhido pela Agepen.



É criada Frente parlamentar em Defesa dos Agentes Penitenciários

Como reflexo das intensas mobilizações dos Sindicatos que representam os agentes em todo o país para garantir os direitos do servidor, foi criada a Frente parlamentar em Defesa dos Agentes Penitenciários. A frente é constituída no âmbito do Congresso Nacional, sendo composta por deputados Federais, senadores, líderes Federais, estaduais e municipais dos movimentos dos agentes penitenciários, representantes dos conselhos, além de cidadãos militantes ou estudiosos dos temas relacionados com segurança pública.

O Sindicato tem o objetivo de preservar as normas constitucionais com relação aos direitos dos agentes penitenciários; promover ações com vistas a aprimorar as legislações federal, estadual e municipal, de modo a adequar o funcionamento das unidades prisionais à realidade da sociedade; apoiar o estímulo à qualificação profissional; discutir, acompanhar, apoiar ou propor a tramitação de propostas que ajudem a aperfeiçoar legislação em relação a carreira; realizar ou apoiar seminários, debates e outros eventos que tratem de temas relevantes para a Frente parlamentar; articular e integrar as atividades da Frente com as ações do governo ou da sociedade civil, voltadas para o tema de segurança pública entre outros. “Esta iniciativa se faz necessária para defender as demandas no cenário nacional. Demonstra que estamos ganhando espaço representativo nas lutas, com o objetivo de garantir nossos direitos”, ressalta o presidente do Sinsap, André Luiz Santiago.

FINANCEIRO

BALANÇO DA DIRETORIA SINSAP

Ao aproximar o término do mandato da atual Diretoria a frente do Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária do Estado de Mato Grosso do Sul, a avaliação que fazemos desses três anos de gestão é muito positiva, apesar do cenário de turbulência e incertezas, que caracterizou todo esse período. Vale ressaltar que desde o início enfrentamos inúmeras dificuldades. No cenário político e jurídico, presenciamos profunda crise e instabilidade institucional, graves denúncias de corrupção e inúmeras reformas focadas exclusivamente na retirada de direitos dos

trabalhadores.

No sistema penitenciário estadual, falta de servidores, condições inadequadas de trabalho e segurança, envenenamento, motins, rebeliões, atentados, mortes de servidores entre outros. Apesar desse ambiente de adversidade conseguimos destravar os processos de promoção pessoal, alteração na legislação para realizarmos escolta, porte de arma de fogo, instituição da corregedoria administrada por um agente penitenciário, concurso público, capacitação dos servidores e pela primeira vez, temos como Diretor-Presidente, um servidor de Carrei-

ra. Além disso, temos um compromisso firmado pelo Governo, para corrigir as distorções existentes em nossa carreira. Esse novo reposicionamento nas classes, será feito com base no tempo de efetivo serviço prestado a Agepen. Ainda há muito por fazer, mais temos a consciência de que estamos no caminho certo. Essa certeza se dá porque para cumprir as principais metas estabelecidas pela atual diretoria, realizamos inúmeras assembleias, onde democraticamente os servidores penitenciários decidiram temas importantes relacionados a nossa carreira.

Esse firme propósito de ouvir a categoria foi consolidado, através das constantes visitas que realizamos em todas as Unidades Penais. Nessas visitas os servidores pontuavam as principais demandas, anseios, críticas, sugestões e preocupações. Com isso, o Sindicato se fez presente e acompanhou os fatos mais relevantes do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul.

Essa presença do Sindicato na base, revelou-se fundamental, pois, além de possibilitar conhecer de perto a trágica realidade vivida pelos servidores penitenciários, os seus problemas, dificuldades e ne-

cessidades, as informações serviam de subsídio para o Sindicato, ao voltar dessas visitas, formalizar pedidos de providências para as autoridades constituídas.

Embora não seja possível dimensionar essa salutar iniciativa de ouvir os servidores penitenciários em suas bases, desempenha papel preponderante nas ações de mobilização da nossa categoria. É essa consciência coletiva que determina o respeito ou a indiferença dos governos, sendo portanto, fundamental para determinar o êxito ou fracasso de qualquer entidade sindical. Por fim, a nossa gestão foi mar-

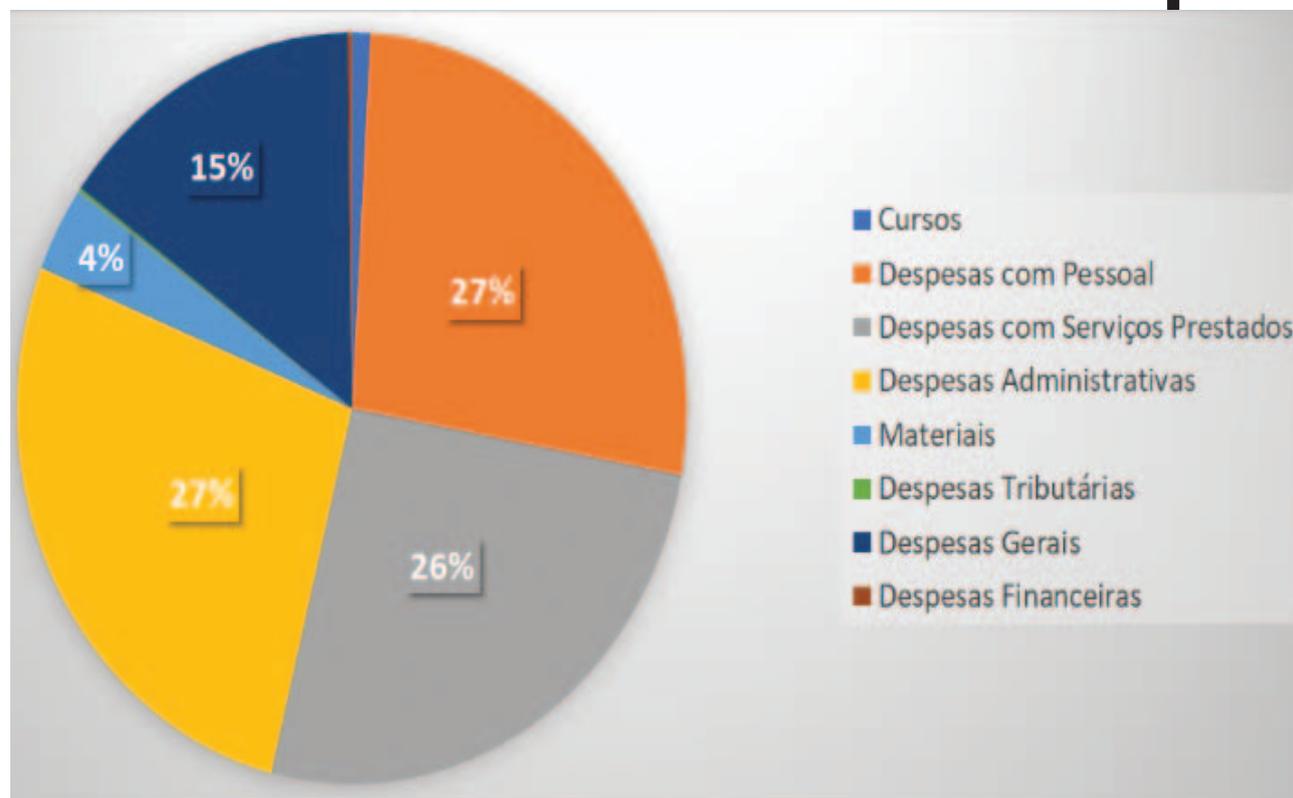
cada pela luta incansável em defesa dos servidores penitenciários. Todas as ações que realizamos tinha o propósito de despertar a formação da consciência coletiva. Deixar como legado, uma categoria mais crítica, informada, consciente das suas limitações e potencialidades e, principalmente unida em torno da preservação dos seus direitos, é sem sombra de dúvidas, motivo de orgulho. Temos certeza de que essa semente foi plantada. Com o trabalho que está sendo feito, em breve colheremos os frutos.

Diretoria Sinsap.

Com gestão financeira Sindicato mantém saldo positivo

Desde quando assumiu a entidade Sindical, a diretoria adotou uma postura rigorosa em relação aos gastos, para desta forma, conseguir uma gestão eficaz e assim quitar os débitos da entidade sindical, que tinha uma dívida de cerca de 40 mil reais em contas atrasadas. “O principal cuidado que o financeiro tem é de não comprometer além da receita, mantendo assim um saldo em caixa, para eventuais despesas emergenciais”, explica o Diretor Financeiro da instituição João Dimarães.

Um dos principais objetivos da diretoria é realizar um trabalho com transparência e proporcionar bem-estar ao servidor. O Sinsap/MS acredita que o servidor deve estar sempre em primeiro lugar, portanto, foi investido em assistência ao agente para a participação; em Assembleias, mobilizações, caravanas entre outras formas de manifestar os anseios da catego-



Despesas referente ao triênio 2015 a 2017

ria. “Acreditamos que somente por meio de lutas, conseguiremos al-

cançar os nossos pleitos, pois não há vitória sem batalha. O nosso

principal foco é o agente”, ressaltou o diretor. Em respeito aos ser-

vidores penitenciários, e particularmente aos associados, o Sinsap

publica neste Informativo o demonstrativo contábil sobre a prestação de contas referente de março de 2016 a fevereiro deste ano. Esse processo confere maior transparência sobre as finanças desta Entidade Sindical e permite que os associados saibam qual é a receita e despesas, para que desta forma tenham conhecimento de onde o dinheiro está sendo investido. Vale ressaltar que esta diretoria está inteiramente disponível em qualquer período, para sanar dúvidas referentes aos procedimentos financeiros adotados. “Essa postura afirma o nosso comprometimento com a transparência”, conclui Dimarães. Para maior transparência e melhor compreensão do servidor em relação aos gastos, o Sinsap nesta edição além de disponibilizar o balanço financeiro, publicará também um gráfico de despesas referente ao triênio 2015 a 2017”.

SINSAP/MS-SIND.SERV.ADM.PENITENCIARIA DO MS
Balancete de Verificação de 01/10/2016 a 28/02/2017

Códig	Classificação	Nome	Débito	Crédito	Movimento
19	01	ATIVO	236.566,84	242.599,88	6.033,04C
27	01.1	ATIVO CIRCULANTE	236.566,84	224.399,88	12.166,96D
35	01.1.01	DISPONIBILIDADES	236.566,84	224.399,88	12.166,96D
43	01.1.01.01	Caixa	330,00	331,67	1,67C
2208	01.1.01.05	C.E.F. AG. 3144, OP. 003, C. 940 -3	236.236,84	224.068,21	12.168,63D
345	01.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	18.200,00	18.200,00C
418	01.2.04	IMOBILIZADO	0,00	18.200,00	18.200,00C
493	01.2.04.09	(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	0,00	18.200,00	18.200,00C
507	02	PASSIVO	49.557,57	48.997,29	560,28D
515	02.1	PASSIVO CIRCULANTE	49.557,57	48.997,29	560,28D
558	02.1.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	12.081,80	14.288,40	2.206,60C
590	02.1.03.04	Irrf a Recolher	193,90	193,90	0,00
604	02.1.03.05	Inss a Recolher	10.839,26	13.304,47	2.465,21C
612	02.1.03.06	Fgts a Recolher	1.048,64	790,03	258,61D
639	02.1.04	CONTAS A PAGAR	37.475,77	31.692,21	5.783,56D
710	02.1.04.08	Água e Esgoto	44,54	44,54	0,00
2160	02.1.04.10	Salários a pagar	37.431,23	31.647,67	5.783,56D
736	02.1.05	PROVISÕES	0,00	3.016,68	3.016,68C
744	02.1.05.01	Provisão p/ Férias	0,00	3.016,68	3.016,68C
892	03	RECEITAS	3.000,00	236.236,84	233.236,84C
906	03.1	MENSALIDADES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	236.236,84	236.236,84C
914	03.1.01	Mensalidades de associados	0,00	236.236,84	236.236,84C
1040	03.5	OUTRAS RECEITAS	3.000,00	0,00	3.000,00D
2518	03.5.16	Descontos Obtidos	3.000,00	0,00	3.000,00D
1252	04	CUSTOS E DESPESAS	241.709,60	3.000,00	238.709,60D
2410	04.11	DESPESAS NAO OPERACIONAIS	18.200,00	0,00	18.200,00D
2429	04.11.01	OUTRAS BAIXAS	18.200,00	0,00	18.200,00D
2437	04.11.01.001	Baixas do Imobilizado	18.200,00	0,00	18.200,00D
1406	04.2	DESPESAS COM PESSOAL	58.500,01	3.000,00	55.500,01D
1422	04.2.02	Ordenados e Salários	28.129,00	0,00	28.129,00D
1449	04.2.04	Férias	3.518,67	0,00	3.518,67D
1503	04.2.10	Viagens e Representações	15.839,51	3.000,00	12.839,51D
2143	04.2.14	INSS	9.971,92	0,00	9.971,92D
2151	04.2.15	FGTS	988,27	0,00	988,27D
2267	04.2.20	Outras Despesas c/ Pessoal	26,32	0,00	26,32D
2500	04.2.23	IRPF	26,32	0,00	26,32D
1546	04.3	DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS	76.660,84	0,00	76.660,84D
1554	04.3.01	Serviços prestados por pessoa física	3.680,00	0,00	3.680,00D
1562	04.3.02	Serviços prestados por pessoa jurídica	72.980,84	0,00	72.980,84D
1570	04.4	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	50.400,90	0,00	50.400,90D
1589	04.4.01	Combustíveis	26.439,80	0,00	26.439,80D
1597	04.4.02	Manutenção de Veículos	4.366,50	0,00	4.366,50D
1600	04.4.03	Propaganda e Publicidade	1.695,90	0,00	1.695,90D
1643	04.4.07	Despesas Legais e Judiciais	731,70	0,00	731,70D
1660	04.4.09	Cursos, eventos e promoções	10.800,00	0,00	10.800,00D
2283	04.4.12	Honorários	6.367,00	0,00	6.367,00D
1686	04.5	MATERIAIS	8.170,01	0,00	8.170,01D
1767	04.5.08	Peças e acessórios para manutenção	345,00	0,00	345,00D
1783	04.5.10	Utensílios de copa e cozinha	2.626,01	0,00	2.626,01D
1805	04.5.12	Outros materiais	5.199,00	0,00	5.199,00D
1813	04.6	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	4.268,22	0,00	4.268,22D
1821	04.6.01	Iptu	3.507,57	0,00	3.507,57D
1830	04.6.02	Ipva	760,65	0,00	760,65D
1872	04.7	DESPESAS GERAIS	25.355,83	0,00	25.355,83D
1880	04.7.01	Luz	2.178,89	0,00	2.178,89D
1899	04.7.02	Água e Esgoto	665,25	0,00	665,25D
1902	04.7.03	Telefone	4.831,24	0,00	4.831,24D
1929	04.7.05	Materiais e Suprimentos	2.979,67	0,00	2.979,67D
1937	04.7.06	Material de Escritório	775,65	0,00	775,65D
1961	04.7.09	Manutenção e reparos	325,70	0,00	325,70D
1970	04.7.10	Lanches e refeições	13.599,43	0,00	13.599,43D
1996	04.8	DESPESAS FINANCEIRAS	153,79	0,00	153,79D
2178	04.8.03	Despesas Bancárias	153,79	0,00	153,79D

SINSAP/MS-SIND.SERV.ADM.PENITENCIARIA DO MS
Balancete de Verificação de 01/03/2016 a 30/09/2016

Código	Classificação	Nome	Débito	Crédito	Movimento
19	01	ATIVO	545.376,04	455.104,28	90.271,76D
27	01.1	ATIVO CIRCULANTE	476.735,74	409.604,28	67.131,46D
35	01.1.01	DISPONIBILIDADES	475.836,51	408.705,05	67.131,46D
43	01.1.01.01	Caixa	33.000,00	33.000,00	0,00
2208	01.1.01.05	C.E.F. AG. 3144, OP. 003, C. 940 -3	442.836,51	375.705,05	67.131,46D
78	01.1.02	CRÉDITOS DE ATIVIDADES SOCIAIS/LAZER	899,23	899,23	0,00
2470	01.1.02.04	Cheques Compensados	899,23	899,23	0,00
345	01.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	68.640,30	45.500,00	23.140,30D
418	01.2.04	IMOBILIZADO	68.640,30	45.500,00	23.140,30D
442	01.2.04.03	Veículos	50.440,30	45.500,00	4.940,30D
493	01.2.04.09	(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	18.200,00	0,00	18.200,00D
507	02	PASSIVO	118.425,29	117.930,45	494,84D
515	02.1	PASSIVO CIRCULANTE	118.425,29	117.930,45	494,84D
531	02.1.02	FORNECEDORES	50.440,30	50.440,30	0,00
540	02.1.02.01	Fornecedores Diversos	50.440,30	50.440,30	0,00
558	02.1.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	15.975,85	19.854,70	3.878,85C
590	02.1.03.04	Irrf a Recolher	217,88	217,88	0,00
604	02.1.03.05	Inss a Recolher	13.190,24	17.175,60	3.985,36C
612	02.1.03.06	Fgts a Recolher	1.566,87	1.460,36	106,51D
2135	02.1.03.08	Contribuição Sindical a pagar	116,17	116,17	0,00
2445	02.1.03.10	GRRF a Recolher	884,69	884,69	0,00
639	02.1.04	CONTAS A PAGAR	52.009,14	47.635,45	4.373,69D
728	02.1.04.09	Seguros	2.467,91	2.467,91	0,00
2160	02.1.04.10	Salários a pagar	49.541,23	45.167,54	4.373,69D
892	03	RECEITAS	234,33	442.836,81	442.602,48C
906	03.1	MENSALIDADES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	442.836,51	442.836,51C
914	03.1.01	Mensalidades de associados	0,00	442.836,51	442.836,51C
1040	03.5	OUTRAS RECEITAS	234,33	0,30	234,03D
2518	03.5.16	Descontos Obtidos	234,33	0,30	234,03D
1252	04	CUSTOS E DESPESAS	397.065,67	45.229,79	351.835,88D
1260	04.1	CUSTOS	782,26	0,00	782,26D
1376	04.1.11	Premiações	782,26	0,00	782,26D
2410	04.11	DESPESAS NAO OPERACIONAIS	36.400,00	42.100,00	5.700,00C
2429	04.11.01	OUTRAS BAIXAS	36.400,00	42.100,00	5.700,00C
2437	04.11.01.001	Baixas do Imobilizado	36.400,00	42.100,00	5.700,00C
1406	04.2	DESPESAS COM PESSOAL	86.909,29	3.115,46	83.793,83D
1422	04.2.02	Ordenados e Salários	42.689,54	0,00	42.689,54D
1449	04.2.04	Férias	0,00	2.895,46	2.895,46C
1503	04.2.10	Viagens e Representações	29.298,13	220,00	29.078,13D
2143	04.2.14	INSS	12.576,57	0,00	12.576,57D
2151	04.2.15	FGTS	2.345,05	0,00	2.345,05D
1546	04.3	DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS	121.959,70	4,00	121.955,70D
1554	04.3.01	Serviços prestados por pessoa física	13.844,45	0,00	13.844,45D
1562	04.3.02	Serviços prestados por pessoa jurídica	108.115,25	4,00	108.111,25D
1570	04.4	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	78.193,81	0,00	78.193,81D
1589	04.4.01	Combustíveis	48.186,57	0,00	48.186,57D
1597	04.4.02	Manutenção de Veículos	3.975,24	0,00	3.975,24D
1600	04.4.03	Propaganda e Publicidade	400,00	0,00	400,00D
1651	04.4.08	Serviços de Terceiros	2.398,00	0,00	2.398,00D
2283	04.4.12	Honorários	23.234,00	0,00	23.234,00D
1686	04.5	MATERIAIS	8.627,08	0,00	8.627,08D
1694	04.5.01	Combustíveis e lubrificantes	333,19	0,00	333,19D
1724	04.5.04	Materiais de limpeza e higiene	21,49	0,00	21,49D
1767	04.5.08	Peças e acessórios para manutenção	700,00	0,00	700,00D
1783	04.5.10	Utensílios de copa e cozinha	2.299,50	0,00	2.299,50D
1791	04.5.11	Material publicitário	315,90	0,00	315,90D
1805	04.5.12	Outros materiais	4.957,00	0,00	4.957,00D
1872	04.7	DESPESAS GERAIS	63.881,90	10,33	63.871,57D
1880	04.7.01	Luz	3.644,52	0,00	3.644,52D
1899	04.7.02	Água e Esgoto	1.113,66	0,00	1.113,66D
1902	04.7.03	Telefone	6.401,38	0,00	6.401,38D
1910	04.7.04	Seguros	2.467,91	0,00	2.467,91D
1929	04.7.05	Materiais e Suprimentos	755,00	0,00	755,00D
1937	04.7.06	Material de Escritório	4.286,66	0,00	4.286,66D
1945	04.7.07	Material de Higiene e Limpeza	470,80	0,00	470,80D
1953	04.7.08	Assinatura de jornais e revistas	947,70	0,00	947,70D
1961	04.7.09	Manutenção e reparos	560,00	0,00	560,00D
1970	04.7.10	Lanches e refeições	42.407,33	10,33	42.397,00D
2372	04.7.14	Taxas diversa	826,94	0,00	826,94D
1996	04.8	DESPESAS FINANCEIRAS	311,63	0,00	311,63D
2178	04.8.03	Despesas Bancárias	311,63	0,00	311,63D